

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025
REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.947.979/0001-74, representado neste ato pelo Secretário de Administração, Sr. **Fábio Dutra**, no uso de suas atribuições, nos termos do Decreto nº 337/2017, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, auxiliado pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** com critério de julgamento **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos Municipais nº 29/2021, 804/2023, 805/2023, 806/2023 e 1100/2024, bem como da Lei Complementar Municipal nº 123/2006, suas alterações e demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste ato convocatório e seus ANEXOS.

A sessão eletrônica e os demais atos administrativos serão conduzidos por servidor(a) designado(a), denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica do Portal de Compras Públicas. (www.portaldecompraspublicas.com.br)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 09:00 do dia 13/05/2025 Até as 09:00 horas do dia 23/05/2025
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	Das 09:01 às 09:30 horas do dia 23/05/2025
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	Às 09:31 horas do dia 23/05/2025
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO	20/05/2025 às 23:59 h
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília-DF
PLATAFORMA ELETRÔNICA	www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado"
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM

DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: o Edital está disponível na íntegra no endereço eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), no Portal do Município de Fraiburgo (<https://fraiburgo.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>) e no Portal Nacional de Compras Públicas (<https://pncp.gov.br/app/editais>).

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Pregoeira: **Marciana Teresinha de Oliveira Ozório Gemo**, servidora efetiva, matrícula nº 966, acompanhada da **Equipe de Apoio designadas pelo Decreto Municipal nº 1466/2025**, sendo pelo endereço eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa do ramo para fornecimento de refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmitex, para suprir as necessidades de alimentação do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (Fundo Municipal de Saúde – FMS, Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI e Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME), conforme descritivos a seguir:



Item	Qntd	Unid	Descrição	R\$ Estimado
1	28.656	Unid	Fornecimento de refeição, ALMOÇO, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.	R\$ 23,20
Item	Qntd	Unid	Descrição	R\$ Unit.
2	10.006	Unid	Fornecimento de refeição, JANTA, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio	R\$ 25,36



			descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.	
--	--	--	--	--

1.2. O licitante deverá cotar o quantitativo total estimado para licitação.

1.3. A quantidade máxima a ser adquirida está especificado na tabela acima.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento dos exercícios de 2025/2026, nos termos previstos no § 2º do art. 26 do Decreto Municipal nº 806/2023.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

3.1.1. Decairão tais direitos após o dia 20/05/2025 (terça-feira) às 23:59 h.

3.1.2. Será admitida a impugnação ou o pedido de esclarecimento do Edital por intermédio de meio eletrônico, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado".

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Para a resposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá se valer do auxílio da área demandante no que diz respeito a avaliação dos produtos, normas e outros temas que não sejam de seu conhecimento.

3.3. Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, implicando nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3.4. As respostas a impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.



4.2. É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas, observadas as seguintes normas:

- I – comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III – admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- IV – impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- VI – comprovar o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação;
- VII – o acréscimo previsto no inciso anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;
- VIII – o licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I;
- IX – não haverá limite máximo para o número de empresas consorciadas;
- X – a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.3. O licitante deverá ter feito a adesão ao Portal de Compras Públicas, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.

4.4. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.5. Não poderão disputar desta licitação ou participar da execução da Ata, direta ou indiretamente, **sob pena de desclassificação:**

- I – aquele que não atenda às condições deste Edital e seus ANEXOS;
- II – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

IV – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

V – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VI – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

4.6. As empresas em recuperação judicial, extrajudicial, submetidas à Lei 11.101/2005, poderão participar de licitação desde que demonstrem, na fase de habilitação ter viabilidade econômica.

4.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.7.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do ANEXO VI – item 7;

4.7.5. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.7.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, nos termos do ANEXO VI;

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.



5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições, conforme preconiza os arts. 12 e 13 do Decreto Municipal nº 805/2023:

- I - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- II – verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital, em relação à proposta mais bem classificada;
- III – coordenar a sessão pública;
- IV – verificar e julgar as condições de habilitação;
- V – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- VI – encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;
- VII – indicar o vencedor do certame;
- VIII – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- IX – encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, à autoridade competente para adjudicação e homologação.

5.2. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar suas decisões.

5.3. O(a) Pregoeiro(a) substituto(a) suprirá as faltas, impedimentos e/ou afastamentos, permanentes, temporários ou eventuais do Pregoeiro(a) titular, com as mesmas atribuições previstas neste item.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal ambas intransferíveis e de responsabilidade única do usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas.

6.2.1. Aqueles que desejarem se credenciar no Portal de Compras Públicas podem encontrar informações adicionais na página www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer dúvidas podem ser esclarecidas através da central de atendimento do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

6.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras



Públicas ou ao Município de Fraiburgo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao provedor do sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere às regras dos editais eletrônicos que escolher participar.

6.5. É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços exigida no Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. A participação do licitante nesta Licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega dos itens nas condições, locais e prazos definidos.

8. DAS PROPOSTAS NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), observando as datas e os horários limites indicados no preâmbulo deste Edital, podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.2. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.3. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas, no campo próprio, as especificações, preços unitário e totais de todos os itens ofertados.

8.3.1. O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implica na desclassificação da mesma.



8.4. Fica vedada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc. O descumprimento acarretará sua desclassificação prévia.

8.4.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e demais legislações aplicáveis.

8.5. A licitante deverá declarar, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório (ANEXO VI);

8.6. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sob pena de decair do direito aos seus benefícios.

8.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, conforme ANEXOS IV e V, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas no item 11.1 e 11.2 deste Edital.

8.9. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução da Atas previstas no Edital. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta.

8.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.11. O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais.

8.12. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.13. Para composição do preço unitário e total, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da



Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houver algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.

8.14. A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, ao cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade, existentes atualmente, e qualquer incremento que seja realizado pelas entidades de controle do objeto desta Licitação, não importará em custos a mais para a Ata, mesmo que a licitante precise entregar produto de melhor qualidade.

8.15. O acompanhamento do sistema eletrônico é responsabilidade do licitante para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

9. DA SESSÃO PÚBLICA E DA ETAPA DE LANCES

9.1. O Pregão, na forma eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na forma eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.

9.2. A sessão eletrônica e os demais atos administrativos serão conduzidos pelo Município de Fraiburgo-SC, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica do Portal de Compras Públicas. (www.portaldecompraspublicas.com.br)

9.3. A partir do horário previsto no Edital e no site www.portaldecompraspublicas.com.br, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.4. Serão verificadas as propostas apresentadas e desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.5. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.6. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.

9.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, mantendo-se em sigilo a identificação dos demais ofertantes.

9.8. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.9. Poderão ser ofertados lances intermediários, na impossibilidade de cobrir o menor preço, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido.

9.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.11. Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.



9.12. Caso haja indício de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.13. Independentemente da conexão do(a) Pregoeiro(a) ao sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva, os lances continuarão a ser recepcionados, sem qualquer prejuízo dos atos praticados, quando do seu retorno.

9.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica divulgando data e hora da reabertura da sessão.

(MODO DE DISPUTA ABERTO)

9.15. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.19. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

9.20. Na sequência, se constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, o(a) Pregoeiro(a)/sistema aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que o fornecedor tenha declarado esta opção no Cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.

9.20.1. O intervalo percentual estabelecido é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. Após o desempate, poderá o(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela Administração Pública. Se aceita a referida diminuição para o valor estimado, será declarada vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes.

9.21. Será concedida prioridade de contratação nas situações em que as ofertas apresentadas pelas **microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local/ regionalmente**, sejam **iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço**.

9.21.1. Entende-se por empresa sediada "local" e "regionalmente" as empresas sediadas nos municípios que compõem a região da AMARP (Arroio Trinta, Calmon, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira), conforme critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 134/2018 e § 3º do art. 48 da Lei Federal 123/2006.



9.21.2. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte sediada local/regionalmente que estiver com preço imediatamente anterior ao da primeira empresa previamente classificada, conforme divulgado no chat;

9.21.3. Caso oferte o lance de desempate, este deverá ser obrigatoriamente menor do que o lance ofertado pela empresa previamente classificada;

9.21.4. Na hipótese da não contratação da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte sediada local ou regionalmente, com base no item acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de prioridade do *caput*, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.21.5. Decairá do direito de ofertar o lance a ME ou EPP local/regional que não realizar este procedimento dentro de 5 (cinco) minutos;

9.21.6. A justificativa para a aplicação da prioridade para as empresas sediadas no Município de Fraiburgo/SC se dá em razão de fomentar o pequeno empreendedor que gera emprego e renda na comunidade local, buscar o crescimento econômico, atender também a função social das empresas de pequeno porte para o desenvolvimento do Município, além de atingir o art. 170 da Constituição Federal, de acordo com o § 1º do Decreto nº 134/2018.

9.22. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo o resultado da negociação divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.23.3. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

9.23.4. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.23.5. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



9.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.25. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.26. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), como complementares, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, declarações, certidões e outros documentos exigidos do vencedor, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ENVIO DA PROPOSTA FINAL ESCRITA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e
- c) Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/certidoes/>)

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da previsão contida no art. 12, II, da Lei Federal nº 8.429/1992.

10.3. Caso conste alguma situação impeditiva para a participação no certame ou para a futura contratação, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará o licitante por falta de condição de participação.

11. PROPOSTA FINAL ESCRITA

11.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar à empresa vencedora, via sistema, a proposta de preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de 02 (duas) horas, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, podendo ser utilizado como modelo o ANEXO II.

11.1.1. O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.2. Na proposta escrita, via sistema, deverá conter:

- I – o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;
- II – datas em suas folhas, devidamente assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;



III – nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, aquisição, transporte, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação;

IV – o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

V – discriminação, em moeda corrente nacional, dos preços dos itens, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

VI – valor unitário e valor total com a quantidade estimada para cada item/subitem e o valor total;

VII – conter prazo de entrega na forma exigida, de acordo com o ANEXO II;

VIII – dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme ANEXO III.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Para habilitação, a(s) licitante(s) vencedora(s) do Pregão deverão anexar, exclusivamente, na página do **Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br), em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação.

12.2. A documentação de habilitação deverá ser encaminhada, na forma prevista neste Edital, em formato digital, exclusivamente por meio do sistema, após o julgamento das propostas, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, pela licitante melhor classificada.

12.3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, **não será permitida a substituição ou o envio de novos documentos**, salvo em sede de diligência para complementação de informações acerca dos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

12.4. A não apresentação no prazo concedido acarretará a aplicação das sanções do Decreto Municipal nº 1100/2024, podendo o(a) Pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a melhor proposta ou o lance subsequente.

12.5. Para habilitação na presente licitação será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

12.5.1. Habilitação Jurídica

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;



II – caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, cópia do respectivo RG – Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante;

III - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme ANEXO VI;

IV – a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação: Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>;

b) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06, conforme ANEXOS IV e V;

c) os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, a qual terá validade de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício.

12.5.2. Habilitação técnica

I - Apresentar Alvará de Localização e Funcionamento e Alvará Sanitário Municipal válido e vigente.

12.5.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

I – a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV – a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V – a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI – **DECLARAÇÃO** para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21 e XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento); conforme ANEXO VI;

12.5.4. Habilitação Econômico-Financeira

I – Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



12.5.5. Declaração Conjunta Onde a proponente declarará o atendimento a exigências da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o cumprimento de outras obrigações, nos termos do ANEXO VI;

12.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal quando convocadas. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da ata, como condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma das Lei Complementar nº 123/06.

12.6.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação, sendo facultado ao Município de Fraiburgo convocar os fornecedores, na ordem de classificação, para a assinatura da ARP, ou revogar a Licitação.

12.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original ou por cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo(a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Ainda, poderão serem substituídos por registro cadastral emitido por este Município, desde que o mesmo tenha sido feito em consonância com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

12.8. Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido e "protocolo" de documento necessário à habilitação.

12.8.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 120 (cento e vinte) dias após a sua expedição, excetuando CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e as Certidões expedidas por Órgãos Públicos.

12.9. A responsabilidade do *upload* dos documentos é integralmente da empresa, sendo assim, deverá anexar todos os documentos solicitados no edital

12.10. Ao encerrar o pregão, o(a) Pregoeiro(a) analisará a documentação de habilitação relacionada no item 12 e as declarações anexadas pela empresa licitante na plataforma do pregão eletrônico por *upload*, como condição para comprovação de sua habilitação.

12.10.1. Caso a empresa não tenha realizado o *upload* dos documentos ou deixar de anexar algum documento ou declaração relacionados no referido item 12 a mesma será considerada INABILITADA.

12.11. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço que foi habilitado.



13. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

13.1. As obrigações da vencedora estão previstas na minuta da Ata, integrante deste edital (ANEXO VIII).

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

14.1. A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas às demais exigências deste Edital.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II – o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

III – o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado".

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua motivação para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e no Portal do



Município de Fraiburgo (<https://fraiburgo.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>).

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP E DA VALIDADE DA ATA

16.1. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens/execução dos serviços constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, o Órgão Participante e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços.

16.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar e devidamente habilitado, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços com o Município de Fraiburgo, no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração municipal, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

16.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada de forma eletrônica.

16.4. Na hipótese do vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ARP, sem prejuízo das multas previstas no Decreto Municipal 1100/2024 e na ARP e das demais cominações legais, outro licitante poderá ser convocado, nos termos previstos no edital, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

16.5. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata, mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 Lei Federal 14.133/2021.

16.6. A contratação com os fornecedores, após a indicação pelo Órgão Gerenciador, quando for o caso, será formalizado pelo Órgão Participante por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.7. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital, bem como, o preço registrado, a Administração poderá contratar com mais de um fornecedor registrado nos termos do art. 27 do Decreto Municipal nº 806/2023.

16.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que:

I – o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II – pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

16.9. A expiração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.



17. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto Municipal nº 806/2023.

17.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da apresentação das propostas.

17.3. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

17.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, a teor do disposto no parágrafo primeiro do art. 35 do Decreto Municipal nº 806/2023.

17.3.2. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

18. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

I – descumprir as condições da Ata de Registro de preços;

II – recusa-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

III – deixar, injustificadamente, de assinar a ARP, contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

IV – recusa-se a reduzir os preços registrados, na hipótese de tornar-se superior aqueles praticados no mercado;

V – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

18.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de fato fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

18.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão dos contratos em geral.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, o licitante/contratado que deixa de praticar atos que lhe competem ou pratica atos contrários às normas, quer seja com dolo ou culpa.



19.2. Na aplicação das sanções administrativas, além das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser observadas as normas inseridas no Decreto Municipal nº 1100/2024.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão previstas na minuta da Ata, integrante deste edital (ANEXO VIII)

21. DA ASSINATURA COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL

21.1. A assinatura da Ata, será assinada eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica externa, de acordo com Lei Federal nº 14.063/2020, Lei Federal 14.129/2021 e Decretos Municipais nº 176/2021 e nº 622/2022.

21.2. O representante legal da proponente interessada em participar do processo poderá providenciar certificado para assinatura eletrônica.

21.3. É de responsabilidade exclusiva do representante legal da proponente interessada a solicitação da criação da assinatura eletrônica.

22. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA

22.1. A fiscalização e a gestão da Ata será exercida por servidores designados pela Autoridade competente, previstas na minuta da Ata de Registro de Preços, integrante deste edital (ANEXO VIII).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Caberá ao Município de Fraiburgo a prática de todos os atos de controle e administração da execução dos serviços, objeto do presente certame.

23.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário e observarão as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

23.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato/Ata de Registro de Preços agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.4. A empresa vencedora deverá declarar ao Município de Fraiburgo (ANEXO III) o domicílio eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata e recebimento das ordens de serviços, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.

23.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 3.3 deste edital, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



23.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Após a abertura da sessão, eventuais dúvidas existentes e esclarecimentos necessários, deverão ser manifestados através da plataforma do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

23.9.1. Dúvidas ou solicitações de esclarecimentos que não estejam de acordo com os parâmetros estabelecidos no item 3, como aquelas enviadas por e-mail, não serão respondidas.

23.9.2. As disposições dos itens 23.9 e 23.9.1 se referem a dúvidas e esclarecimentos, sendo que qualquer inconformidade, discordância ou solicitação de reconsideração, entre outros requerimentos, relacionados a ações realizadas neste processo licitatório, devem ser abordados por meio de impugnação ou recurso, seguindo os procedimentos estipulados neste Edital.

23.10. O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações do Município, logo após sua homologação e disponíveis na plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e na página oficial do Município de Fraiburgo, (<https://fraiburgo.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>)

23.11. Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

23.12. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

23.13. Os Órgão ou entidade da Administração que não participarem da Intenção de Registro de Preços e licitação poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes e deverão observar o disposto no § 2º do art. 86 da Lei Federal 14.133/2021 e dos arts. 40 e 41 do Decreto Municipal nº 806/2023).

23.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.15. A Autoridade Competente do certame poderá revogar a Licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou proceder a sua anulação de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.



23.15.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa;

23.15.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

23.16. O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio foram nomeadas através de Decreto publicado no Diário Oficial.

23.17. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência – TR;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico da Empresa e declaração de assinatura por certificação digital;

ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO V – Declaração de Conformidade de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte quanto à Receita Bruta;

ANEXO VI – Declaração Conjunta;

ANEXO VII – Declaração Índice Econômico

ANEXO VIII – Minuta da Ata.

Fraiburgo(SC), 09 de maio de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
Fábio Dutra
Secretário de Administração



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo o **REGISTRO DE PREÇOS** PARA FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa do ramo para fornecimento de refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmitex, para suprir a necessidade de alimentação Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (Fundo Municipal de Saúde – FMS, Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAle Fundação Municipal do Esporte e Lazer), e descritivo a seguir:

Item	Qntd	Unid	Descrição
1	28.656	Unid	Fornecimento de refeição, ALMOÇO, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carne, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.

Item	Qntd	Unid	Descrição
2	10.006	Unid	Fornecimento de refeição, JANTA, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas



		individualmente. Os alimentos quentes (carne, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionados em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.
--	--	---

1.2. A licitação será processada por ITEM, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O bem a ser adquirido tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período conforme disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 806/2023.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Justificativa da Necessidade da Contratação

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente formalizou Documento de Formalização de Demanda – DFD solicitando a solução que visa suprir a necessidade de Alimentação para os servidores públicos que trabalham no interior, para servidores que prestam serviços em caráter de urgência que ultrapassam o horário de expediente e trabalham em intrajornada.

Consta do DFD que:

“Justifica-se a presente demanda face ao interesse público de suprir a necessidade de alimentação aos servidores que necessitam exercer suas atividades em horários diversos ao de expediente como intrajornada, e os servidores da secretaria de Infraestrutura e Agropecuária que prestam serviço no interior do Município e que muitas vezes pela distância, não fazem retorno para suas residências, permanecendo no local da execução dos serviços.”.

Após elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP foi encaminhado ao Departamento de Compras e Licitações para abertura da Intenção de Registro de Preços para possibilitar a participação e outras órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal na futura licitação e determinar o quantitativo total da Licitação.

O cardápio foi elaborado pela Nutricionista da Secretaria de Educação, para que este fosse especificado de acordo com a necessidade desta municipalidade.

A aquisição de marmitas para servidores públicos que trabalham em intrajornada, especialmente no interior e em caráter de urgência no Município de Fraiburgo, visa promover eficiência e produtividade. Ao fornecer refeições prontas, os servidores não precisam se deslocar para buscar alimentos, otimizando assim o tempo de trabalho dedicado aos serviços públicos essenciais.

Em situações de urgência, é fundamental garantir a continuidade dos serviços públicos para atender às necessidades da comunidade. Ao fornecer marmitas aos servidores que trabalham em intrajornada, mesmo em áreas remotas do município, estamos assegurando que esses



profissionais possam manter-se energizados e concentrados em suas tarefas, sem interrupções causadas pela busca por alimentos.

Uma alimentação adequada é essencial para a saúde e o bem-estar dos servidores públicos, especialmente aqueles que trabalham em condições desafiadoras e em jornadas prolongadas. Ao fornecer refeições balanceadas e nutritivas, estamos contribuindo para a saúde física e mental dos funcionários, o que pode resultar em maior eficiência no desempenho de suas funções e redução do absenteísmo por motivos de saúde.

A oferta de refeições durante a intrajornada demonstra o compromisso da administração municipal com o cumprimento das normas trabalhistas e a valorização dos servidores públicos. Além disso, promove um ambiente de trabalho mais humanizado, no qual os profissionais se sentem reconhecidos e cuidados pelo poder público.

Em suma, a aquisição de marmitas para servidores públicos do Município de Fraiburgo é uma medida que visa garantir a eficiência operacional, a continuidade dos serviços públicos, a economia de recursos, a saúde dos funcionários e a humanização do ambiente de trabalho. Essa iniciativa contribuirá para melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade e para fortalecer o compromisso da administração municipal com o bem-estar de seus servidores.

2.2 Fundamentação da Contratação

Desta forma a modalidade a ser utilizada para a sua aquisição deverá ser o PREGÃO ELETRÔNICO, conforme preconiza ainda o inciso XLI do referido artigo e ainda os arts. 28, inc. I e 29 da Lei.

Conforme estabelece o Art. 11 da lei 14.133/2021:

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I – assegurar a seleção da proposta mais vantajosa apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II – assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

[...]

Em suma, necessário faz-se observar, que o presente Termo de Referência, e futuro Edital, deverão impreterivelmente, seguir as Regulamentações Municipais, sejam elas:

DECRETO MUNICIPAL 804/2023 – Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2023, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Município de Fraiburgo, e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL 805/2023 – Regulamenta o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a Atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.100/2024 – Regulamenta o procedimento para a apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições prontas do tipo “marmitex”, destinadas aos servidores públicos de diversas secretarias do Município de Fraiburgo/SC. A medida visa suprir a necessidade de alimentação dos servidores que desempenham suas atividades em áreas rurais, em caráter de urgência, em jornadas estendidas ou em regime de intrajornada, situações nas quais não é viável o retorno às suas residências ou o deslocamento até estabelecimentos comerciais para a realização de suas refeições.

A modalidade de fornecimento será realizada por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, permitindo a contratação parcelada conforme a demanda real, com vigência de até 12 (doze) meses, em conformidade com o Decreto Municipal nº 806/2023 e com base na Lei Federal nº 14.133/2021.

O fornecimento seguirá os seguintes parâmetros:

As refeições deverão ser embaladas individualmente, atendendo aos critérios sanitários e nutricionais definidos por profissional habilitado (nutricionista), conforme cardápio previamente aprovado;

A empresa contratada deverá realizar a entrega no balcão para retirada pelas secretarias requisitantes. No caso dos servidores em campo (interior), a distribuição será feita por responsável designado, que fará o transporte até o local de execução dos serviços;

A escolha por esta solução se justifica por sua viabilidade técnica, econômica e operacional, tendo em vista:

✓ _____ a impossibilidade de preparo interno das refeições, devido à inexistência de estrutura física e de equipe própria;

✓ _____ a inviabilidade de adoção de vale-refeição ou alimentação tipo self-service para servidores em áreas remotas;

✓ _____ a economicidade demonstrada em licitações anteriores com o mesmo objeto, nas quais os preços obtidos foram inferiores aos praticados no mercado local.

Além disso, foram analisados e descartados outros modelos alternativos, como a adesão a atas de outros entes e a contratação de serviços de preparo interno, os quais se mostraram inadequados frente às peculiaridades logísticas e orçamentárias do Município.

Portanto, a solução apresentada contempla não apenas a economicidade e eficiência administrativa, mas também aspectos de valorização do servidor, sustentabilidade e atendimento às normas sanitárias, sendo considerada a mais adequada ao interesse público e à realidade do Município de Fraiburgo.

3.1. Garantia Contratual

3.1.1. Não será exigida a garantia contratual.

Considerando a natureza do objeto contratual, qual seja o fornecimento parcelado de refeições prontas (marmitas), cuja entrega ocorre de forma imediata e sucessiva conforme a demanda da Administração, entende-se que não se justifica a exigência de garantia contratual. Trata-



se de prestação de serviço de fornecimento contínuo, com pagamento vinculado à efetiva entrega, o que mitiga eventuais riscos à Administração.

Adicionalmente, a exigência de garantia poderia representar um fator restritivo à competitividade no certame, especialmente para empresas de menor porte, contrariando os princípios da economicidade e da ampla participação. Diante disso, opta-se por não exigir garantia contratual, sem prejuízo das demais medidas de controle e responsabilização previstas na legislação vigente, inclusive quanto à aplicação das sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações pactuadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

São aptas a contratar com Município empresas que possuem ramo de atividade compatível com objeto da licitação, regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhistas e Econômicas conforme dispões as legislações 14.133/2021, e não tenham Servidor Público em seu quadro de pessoal e cumpram com o que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto Federal nº 4.358, de 05/09/2002.

Quando a **Qualificação Econômica Financeira** o art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 dispõe que a qualificação visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, será restrita à apresentação da documentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Face a isso a Constituição Federal art. 37 inciso XXI dispõe:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços**, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**”.

(grifo nosso).

Desta forma, **não será exigido a documentação referente ao balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e a comprovação dos índice Econômicos no futuro edital**, a justificativa se dá em virtude da presente demanda não envolver, em geral, contratações de alto valor agregado ou de complexidade técnica que justifiquem a necessidade de uma análise detalhada dos índices econômicos financeiros dos licitantes ou a apresentação do balanço dos dois últimos períodos. A contratação tem um caráter de prestação de serviço e fornecimento de bens de menor risco para a administração pública, onde a principal preocupação é a capacidade técnica e operacional das empresas em fornecer os bens e prestar os serviços adequadamente.

A Lei 14.133/2021 prevê que a Administração deve sempre buscar a contratação mais vantajosa para o interesse público, considerando não apenas o preço, mas também a capacidade de entrega. Na prática, exigir índices financeiros em contratações de serviços menos complexos pode afastar fornecedores menores que, embora economicamente menos robustos, possuem a capacidade técnica necessária e experiência na execução dos serviços.



Considerando a manipulação de alimentos exigir da empresa licitante a apresentação do **Alvará de Localização e Funcionamento e o Alvará Sanitário Municipal** válido e vigente.

4.1. Não será admitida subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, total ou parcialmente, tendo em vista a natureza do serviço contratado, que exige controle direto da Administração sobre a execução, qualidade e regularidade no fornecimento das refeições. A contratação direta com a empresa vencedora do certame visa garantir maior responsabilidade, rastreabilidade, eficiência operacional e cumprimento das exigências sanitárias e legais aplicáveis ao preparo e à distribuição de alimentos.

Além disso, a subcontratação poderia comprometer a padronização do serviço, dificultar a fiscalização contratual e aumentar os riscos de descumprimento das obrigações contratuais, o que contraria os princípios da administração pública, notadamente os da eficiência e do interesse público. Dessa forma, veda-se expressamente a subcontratação para assegurar a adequada execução do contrato.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Especificações das marmitas

Item	Descrição
1	Fornecimento de refeição, ALMOÇO, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.

Item	Descrição
2	Fornecimento de refeição, JANTA, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa



	conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.
--	---

5.2 EXIGÊNCIAS DO CARDÁPIO:

A marmita deverá ser composta de salada, prato principal (carne), guarnição, acompanhamento (arroz e feijão), pão e fruta, segundo descrição abaixo:

5.2.1 Salada:

- a) As saladas poderão ser cruas ou cozidas, sendo que as cruas que forem cortadas, raladas ou picadas deverão ter corte fino;
- b) Deverão ser servidas diariamente vegetais tipo folhosos: Alface, acelga, chicória, rúcula, couve, espinafre e repolho;
- c) Deverão ser servidas diariamente verduras e legumes crus e/ ou cozidos: Berinjela, abobrinha, pepino, rabanete, tomate, couve flor, brócolis, beterraba e cenoura;
- d) Deverão conter no máximo duas repetições por semana.

5.2.2. Prato Principal:

- a) Composto por carne bovina, suína, frango (sobrecoxa, coxa e peito) e peixe (filé) onde deverão estar bem passadas não sendo aceitas carnes cruas ou queimadas. As carnes deverão ser de boa qualidade, não podendo apresentar excesso de nervos, gorduras e peles.
- b) Incidência: As carnes suínas e as de peixe não devem ter incidência maior que 1 vez na semana e as de frango não devem ser servidas mais de 3 vezes semanais.

5.2.3. Guarnição:

- a) Composta por polenta, batata-inglesa ou doce, aipim, banana ou couve flor a milanesa,
- abóbora caramelada, abobrinha recheada, massas, omeletes, farofas, suflês. Legumes refogados ou cozidos, podendo ser: abóbora, abobrinha, brócolis, cenoura, chuchu, couve manteiga, ervilha, couve-flor, espinafre, milho, repolho, vagem. Deve ser servido alternadamente,



não repetindo mais de 2 vezes na mesma semana, podendo ter mais de um destes na mesma preparação, incluindo jardineira de legumes.

b) Arroz – Porção de arroz, tipo 1 não podendo estar cozido em excesso, nem requentado.

c) Feijão – Porção de feijão-preto, carioca ou vermelho podendo quinzenalmente ser substituído por feijoada.

5.2.4. PÃO:

a) Pão francês com peso mínimo de 30 gramas e máximo 50 gramas. Deverão ser acondicionados em embalagens individuais de plástico de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro. O produto deverá ser produzido no mesmo dia da entrega.

5.2.5. FRUTA

a) As frutas deverão estar higienizadas e embaladas individualmente em plástico filme com excelente isolamento externo. As frutas deverão estar íntegras, com grau de maturação que conserve seu sabor e consistência. Os produtos que não atenderem estas especificações serão recusados e deverão ter reposição imediata. As frutas que necessitam de porção (como morango, uva, mamão, abacaxi, melão, melancia, entre outras), deverão ser acondicionadas em potes plásticos transparentes descartáveis com tampa. A incidência de cada fruta não deve ser maior do que 2 (duas) vezes no cardápio semanal.

5.2.6. EXIGÊNCIAS GERAIS:

a) As refeições devem ser equilibradas e suficientes para as atividades desenvolvidas pelos consumidores, similares ao cardápio sugerido e seguir as 4 bases específicas da Nutrição (leis da quantidade, qualidade, harmonia e adequação);

b) Ser balanceada (conter alimentos de todos os grupos dos alimentos - energéticos, construtores e reguladores) e ser variada, evitando dessa maneira, repetição do cardápio dentro da semana;

c) A marmita deverá ser entregue em embalagem térmica de 3 ou 4 compartimentos, seguindo legislações vigentes para alimentos preparados que contenham molhos, caldos e similares, devem ser ofertados separadamente;

d) Conservação: Transportadas em caixas isotérmicas tipo hot box, de forma a conservar a temperatura da refeição até o momento da entrega;

e) A marmita deverá ter absoluta higiene. O não cumprimento desta cláusula acarretará na devolução total da entrega, além de notificação ao vencedor e sua reincidência acarretará no cancelamento do contrato;

f) Ser preparada dentro das normas higiênicas sanitárias preconizadas pela Vigilância Sanitária;

g) Vir acompanhada de tempero para salada em sachês;

h) Não conter alimentos reaproveitados;

i) A Secretaria poderá ter acesso às instalações da licitante vencedora;



j) Em casos de suspeita de toxinfecções alimentares a licitante vencedora deverá se responsabilizar pelos exames laboratoriais dos manipuladores de alimentos. A vigilância epidemiológica e vigilância sanitária devem ser informadas imediatamente para que seja feita a investigação e coleta de alimentos;

l) A licitante vencedora deverá possuir Manual de Boas Práticas elaborado de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária e estar disponível ao acesso da Secretaria.

5.3. Da Entrega

Considerando o processo Multientidade, foi elabora cronograma conforme necessidade de cada secretaria:

5.3.1 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

5.3.1.1 – A média de refeições diárias será de aproximadamente 20 (vinte) marmitex;

5.3.1.2 – Será confirmado pela Secretaria até as 09:00 horas do mesmo dia, o número exato das refeições a serem servidas;

5.3.1.3 – As refeições serão retiradas pelos responsáveis da Secretaria até as 11:30 horas.

5.3.2– Secretaria de Infraestrutura

5.3.2.1 – A média de refeições diárias será de aproximadamente 15 (quinze) marmitex;

5.3.2.2 – Será confirmado pela Secretaria até as 09:00 horas do mesmo dia, o número exato das refeições a serem servidas;

5.3.2.3 – As refeições serão retiradas pelos responsáveis da Secretaria até as 11:30 horas.

5.3.3 – Sanefrai

5.3.3.1 – A média de refeições diárias a serem preparadas para a SANEFRAI será de 02 (duas), sendo 1 (um) almoço e 01 (uma) janta inclusive FINAIS DE SEMANA. (sábado e domingo) e as refeições extras serão informadas com antecedência.

5.3.3.2 – A refeição (ALMOÇO) deverá ser entregue diariamente pela fornecedora no horário compreendido entre as 11:30 às 12:30 horas na ETA – Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Juscelino Kubistchek no Bairro Santo Antônio

5.3.3.3 – A refeição (JANTA) deverá ser entregue diariamente pela fornecedora no horário compreendido entre as 20:30 às 21:30 horas ETA – Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Juscelino Kubistchek no Bairro Santo Antônio

5.3.3.4. A demanda também para os casos de urgência, em que não se pode precisar o dia e/ou quantidade, assim a demanda é confirmado no dia com antecedência de 2 (duas) horas.

5.3.4 – Fundo Municipal de Saúde

5.3.4.1 – O FORNECEDOR deverá entregar as refeições na sala do SAMU, Unidade de pronto Atendimento – UPA e sala dos motoristas localizados no Bairro Vila Salette, diariamente, de acordo com a necessidade;

5.3.4.2 – As quantidades serão de 02 almoços na sala do SAMU, 10 almoços no Centro de Atendimento do COVID, 10 almoços na Unidade de Pronto Atendimento, 01 almoço na sala dos



motoristas e 02 jantas na sala do SAMU, sendo que os alimentos (prato principal, guarnição, arroz e feijão) deverão ser entregues quentes.

5.3.4.3 – A média de refeições diárias a serem entregues será de aproximadamente 10 (dez) almoços e 02 (duas) jantas;

5.3.4.4 – As refeições deverão ser entregues diariamente pelo FORNECEDOR no horário compreendido entre as 11:15 às 12:00 horas e das 19:30 às 20:00.

5.3.4.5 – As refeições para os servidores que trabalharão nas campanhas de vacinação deverão ser entregues no horário das 10:45 as 11:00 hs na sala de vacinas da Unidade de Saúde Vila Salete, mediante Autorização de Fornecimento;

5.3.4.7 – Será confirmado pela Secretaria o número exato das refeições a serem servidas até as 09:00 horas do mesmo dia.

5.3.4.8 – Poderá ser ajustado posteriormente com o FORNECEDOR a execução do objeto deste certame no tocante aos horários de entrega bem como das quantidades das marmitas requeridas diariamente.

5.3.5 – Administração, Gabinete, Fundação Municipal do Esporte e Lazer

5.3.5.1 – O Município solicitará com antecedência mínima de 2 (dois) dias mediante emissão de Ordem de Compra/Empenho com entrega/retirada a combinar.

5.4 – O Município reserva-se o direito de realizar os pedidos conforme a necessidade, sem definição de quantidades mínimas por Autorização.

5.5 – As Solicitações e Ordens de Compra serão emitidas pelo Departamento de Compras e Licitações do Município.

5.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas dos materiais/prestação dos serviços, correrão por conta do(s) fornecedor(es).

5.7. Do recebimento

O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual deve ser realizado conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas neste TR e em atenção ao Art. 71, inciso II do Decreto Municipal nº 804/2023.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 Conforme o Decreto nº 805 de 31 de março de 2023, a qual regulamenta a atuação dos gestores e fiscais de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, conforme art. 6º:

6.2 Os gestores e fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da Administração designados pelo Chefe do Poder Executivo, conforme requisitos estabelecidos no art. 8º, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos dos arts. 19 a 22 deste Decreto.

¶ 1º Para o exercício da função, o gestor e fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.



§ 2º Na indicação de servidor devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por agente público e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3º As eventuais necessidades de desenvolvimento de competências de agentes para fins de fiscalização e gestão contratual deverão ser evidenciadas previamente à celebração do contrato, conforme dispõe o inciso X, do § 1º do art. 18, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º Excepcionalmente e desde que devidamente motivada, a gestão do contrato poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade, expressamente designado.

§ 5º A hipótese do § 4º não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais dos órgãos e das entidades.

7. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor se dará mediante conclusão do processo licitatório, considerando o critério de julgamento da proposta **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa ao Município.

O fornecedor deverá atender aos requisitos de habilitação, e ter sua proposta e aprovada pela área requisitante.

8. ESTIMATIVA DO VALOR E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Os valores referências e a metodologia utilizada estão discriminados no Estudo Técnico Preliminar e Planilha em anexo a este Termo.

A média dos valores pode ser visualizada na tabela a seguir:

Item	Qntd	Unid	Descrição	R\$ Unit.	R\$ total
1	28.656	Unid	Fornecimento de refeição, ALMOÇO , preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas,	23,20	664.819,20



		higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.		
--	--	---	--	--

Item	Qntd	Unid	Descrição	R\$ Unit.	R\$ total
2	10.006	Unid	Fornecimento de refeição, JANTA, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.	25,36	253.752,16

Em relação aos quantitativos totais, o setor de compras inseriu a demanda via sistema de gestão para Intenção de Registro de Preços, onde todas as secretarias tiveram acesso nas datas de 23/03 a



06/04/2024 para incluir seus quantitativos., em atendimento ao Art. 25 do Decreto Municipal 806/2023 resultando nas requisições:

Requisição nº 604/2025 da Secretaria de Administração

Requisição nº 600/2025 da Secretaria de Desenvolvimento

Requisição nº 627/2025 da Secretaria de Educação.

Requisição nº 605/2025 do Fundo municipal do Turismo

Requisição nº 45/2025 do Fundação Municipal de Esportes

Requisição nº 603/2025 da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Rural

Requisição nº 602/2025 da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Requisição nº 535/2025 Do FUNREBOM

Requisição nº 398/2025 do Fundo Municipal de Saúde.

Requisição nº 104/2025 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo

Todas em anexo ao processo.

9. CRITÉRIO DE PAGAMENTO

9.1. Do Pagamento

9.1.1 O valor estimado da futura contratação é de **R\$ 959.135,04 (Novecentos e Cinquenta e Nove mil Cento e Trinta e Cinco reais e quatro centavos);**

9.1.2. O pagamento conforme emissão da Ordem de Compra, se dá mediante depósito bancário na conta-corrente da vencedora, em até 15 (quinze) dias, após as entregas, e da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML;

9.1.3. O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

9.1.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

9.1.5. No momento da emissão da Nota Fiscal, a licitante vencedora, deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 873 de 02 de junho de 2023, relativamente ao destaque da retenção do Imposto de Renda, nos termos da tabela constante na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012, ou apresentar declarações relativas à imunidade ou isenções.

10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1 DO REAJUSTE

Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou o índice oficial que vier a substituí-lo, após 1 (um) ano da apresentação das propostas.



10.2. Obrigações da contratada

Além das obrigações padrão do Município incluir:

- a) o fornecimento das refeições, as quais devem ser acondicionadas em embalagens descartáveis de isopor com tampas "tampas marmitex" contendo peso mínimo conforme descritos nos itens nº 01 e 02, atendendo este termo de referência e de todos aqueles que oferecerem em sua proposta;
- b) deverá obedecer rigorosamente os padrões de qualidade sanitários, sendo que a área de produção da alimentação deverá estar sempre limpa e higienizada, conforme normalização da Vigilância Sanitária;
- c) a substituição das refeições que não atenderem as especificações da solicitante e/ou apresentarem qualidade duvidosa;

Fraiburgo, 04 de Abril de 2024.

[Assinado Eletronicamente]

Adrieli Piovezana
Assistente Administrativo
Matrícula 14.345



ANEXO II**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025****PROPOSTA DE PREÇOS**

Apresentamos nossa proposta para participação da presente licitação na modalidade do Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2 – PREÇO: Deverá ser cotado, preço unitário e total:

PROPOSTA FINAL DO ITEM 1: R\$ (Por extenso)

PROPOSTA FINAL DO ITEM 1: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS:

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Vide minuta da Ata de Registro de Preços.

5 – VALIDADE DA PROPOSTA:

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Vide minuta da Ata de Registro de Preços.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entrega nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação

LOCAL E DATA**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Qtidade	Unidade	Especificações	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	28.656	Unid	Fornecimento de refeição, ALMOÇO, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº. 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.		
2	10.006	Unid	Fornecimento de refeição, JANTA, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº. 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas;		





		01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carnes, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionadas em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.		
--	--	--	--	--

Caso o Edital exija marca e/ou fabricante, sendo ela própria da licitante, na proposta eletrônica deverá indicar a expressão: "MARCA PRÓPRIA" ou "FABRICAÇÃO PRÓPRIA", para que não haja a identificação da empresa na fase de disputa dos lances, sob pena de desclassificação (art. 23 § 5º, Decreto Municipal nº 29/2021), podendo ser preenchida posteriormente no envio da proposta readequada.

Fraiburgo (SC),.....de.....de.....

Assinatura do Representante da Empresa



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL):
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº.:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:
E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL:

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado.
--

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante da Empresa



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____
_____ DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que
esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

OBS – A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo

Representante da empresa



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUANTO À RECEITA BRUTA

A empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo

Representante da empresa



ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:

- 1) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei;
- 2) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação;
- 3) Declaramos que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do Edital supra;
- 4) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 5) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. *Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento);*
- 6) Declaramos que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;
- 7) Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8) Declaramos, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, 2021, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 9) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, Superintendente da Fundação Municipal de Esportes – FME, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio



ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum servidor do município;

10) Declaramos que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal);

11) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr. (a)....., portador(a) do RG sob nº e CPF nº....., cuja função/cargo é.....sócio administrador/procurador/diretor/etc), será o responsável pela assinatura da Ata;

12) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este Processo Licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata seja encaminhada para o seguinte endereço: E-mail:..... Telefone: (.....);

13) Declaramos ainda que caso haja alteração do citado e-mail ou telefone, nos comprometemos a informar no e-mail contratos@fraiburgo.sc.gov.br, sob pena de ser considerado intimado nos dados anteriormente fornecidos;

Nomeamos e constituímos o(a) senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório e seus ANEXOS.

_____, ____de____de 2025.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa



ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025

DECLARAÇÃO E DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, Telefone: _____, através da sua contabilidade tendo como profissional responsável o Sr _____, CRC sob nº _____ DECLARAR para os devidos fins de direito que todas as informações contidas no balanço contábil, nos índices e nos documentos apresentados para a qualificação econômico-financeira no âmbito do processo licitatório [Número do Processo Licitatório], promovido pelo Município de Fraiburgo, são verdadeiras e correspondem fielmente à realidade da situação econômico-financeira da empresa.

ÍNDICES

CÁLCULOS

1.1. <u>ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE:</u> Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	LG= _____ = _____
1.2. <u>ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE:</u> Ativo Total Passível Circulante + Exigível a Longo Prazo	SG _____ = _____ = _____
1.3. <u>ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE:</u> Ativo Circulante Passivo Circulante	LC= _____ = _____

Declaro, ainda, que estou ciente das responsabilidades e consequências administrativas, civis e penais decorrentes da apresentação de informações falsas ou incorretas, conforme preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seus artigos 155 e seguintes, que tratam das sanções aplicáveis às fraudes em licitações e contratos administrativos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Fraiburgo, ____/____/2025.

Nome do Profissional Responsável
CRC_____



ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025– PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2025 (AT25.....)

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Planejamento, Sr. Fábio Dutra nos termos do Decreto nº 0337/2017, no uso de suas atribuições, acompanhado dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO – FMS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Rio das Antas, nº 185, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.496.741/0001-69, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde Sra. Nilce Pinz, **AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.017.932/0001-23, representado neste ato pelo Presidente Sr. Rafael Benincá e **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.454.641/0001-41, representado neste ato pela Secretária, Sra. Vera Lucia Ribeiro de Matos; RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR** em decorrência do Processo Administrativo Licitatório nº 0000/2025 (**Processo Administrativo Digital nº 0000/2025**), na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2025, firmam o presente instrumento, regido de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais nº 29/2021, 804/2023, 805/2023, 806/2023 e 1100/2024, bem como da Lei Complementar Municipal nº 123/2006, suas alterações e demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste instrumento e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa do ramo para fornecimento de refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmite, para suprir as necessidades de alimentação do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (Fundo Municipal de Saúde – FMS, Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI e Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME), conforme descritivos a seguir:

Item	Qtidade	Unidade	Especificações	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	28.656	Unid	Fornecimento de refeição, ALMOÇO , preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº . 216, de 15 de setembro de 2004 da anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas;		



			01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carne, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionados em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.		
2	10.006	Unid	Fornecimento de refeição, JANTA, preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na resolução - rdc nº 275, de 21 de outubro de 2002 e resolução - rdc nº 216, de 15 de setembro de 2004 da Anvisa conforme a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 Saladas: composta por cores e texturas diferentes sendo 20 gramas de folhosos e 60 gramas de verduras/legumes crus ou cozidos; 01 Prato principal: porção mínima de 150 gramas; 01 Guarnição: porção mínima de 150 gramas; 01 Arroz: branco cozido porção mínima de 200 gramas; 01 Feijão: preto, carioca ou vermelho porção mínima de 150 gramas; 01 pão francês: 30 a 50 gramas em embalagem plástica de polietileno (individual); 01 Fruta: 1 unidade pesando entre 120 a 150 gramas, higienizadas e embaladas individualmente. Os alimentos quentes (carne, arroz, feijão e guarnição) devem ser acondicionados em embalagem de isopor / alumínio descartável, com tampa e excelente vedação. Todos os alimentos devem seguir a descrição de tipo e incidência conforme o edital. As marmitas devem conter peso mínimo de 785 gramas e máximo de 875 gramas de alimento.		



1.2 - EXIGÊNCIAS DO CARDÁPIO:

A marmita deverá ser composta de salada, prato principal (carne), guarnição, acompanhamento (arroz e feijão), pão e fruta, segundo descrição abaixo:

1.2.1 Salada:

a) As saladas poderão ser cruas ou cozidas, sendo que as cruas que forem cortadas, raladas ou picadas deverão ter corte fino;

b) Deverão ser servidas diariamente vegetais tipo folhosos: Alface, acelga, chicória, rúcula, couve, espinafre e repolho;

c) Deverão ser servidas diariamente verduras e legumes crus e/ ou cozidos: Berinjela, abobrinha, pepino, rabanete, tomate, couve flor, brócolis, beterraba e cenoura;

d) Deverão conter no máximo duas repetições por semana.

1.2.2. Prato Principal:

a) Composto por carne bovina, suína, frango (sobrecosta, coxa e peito) e peixe (filé) onde deverão estar bem passadas não sendo aceitas carnes cruas ou queimadas. As carnes deverão ser de boa qualidade, não podendo apresentar excesso de nervos, gorduras e peles.

b) Incidência: As carnes suínas e as de peixe não devem ter incidência maior que 1 vez na semana e as de frango não devem ser servidas mais de 3 vezes semanais.

1.2.3. Guarnição:

a) Composta por polenta, batata-inglesa ou doce, aipim, banana ou couve flor a milanesa, abóbora caramelada, abobrinha recheada, massas, omeletes, farofas, suflês. Legumes refogados ou cozidos, podendo ser: abóbora, abobrinha, brócolis, cenoura, chuchu, couve manteiga, ervilha, couve-flor, espinafre, milho, repolho, vagem. Deve ser servido alternadamente, não repetindo mais de 2 vezes na mesma semana, podendo ter mais de um destes na mesma preparação, incluindo jardineira de legumes.

b) Arroz – Porção de arroz, tipo 1 não podendo estar cozido em excesso, nem requentado.

c) Feijão – Porção de feijão-preto, carioca ou vermelho podendo quinzenalmente ser substituído por feijoada.

1.2.4. Pão:

a) Pão francês com peso mínimo de 30 gramas e máximo 50 gramas. Deverão ser acondicionados em embalagens individuais de plástico de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro. O produto deverá ser produzido no mesmo dia da entrega.

1.2.5. Fruta:

a) As frutas deverão estar higienizadas e embaladas individualmente em plástico filme com excelente isolamento externo. As frutas deverão estar íntegras, com grau de maturação que conserve seu sabor e consistência. Os produtos que não atenderem estas especificações serão recusados e deverão ter reposição imediata. As frutas que necessitam de porção (como morango, uva, mamão, abacaxi, melão, melancia, entre outras), deverão ser acondicionadas em potes plásticos transparentes descartáveis com tampa. A incidência de cada fruta não deve ser maior do que 2 (duas) vezes no cardápio semanal.

1.3 - EXIGÊNCIAS GERAIS:

a) As refeições devem ser equilibradas e suficientes para as atividades desenvolvidas pelos consumidores, similares ao cardápio sugerido e seguir as 4 bases específicas da Nutrição (leis da quantidade, qualidade, harmonia e adequação);

b) Ser balanceada (conter alimentos de todos os grupos dos alimentos - energéticos, construtores e reguladores) e ser variada, evitando dessa maneira, repetição do cardápio dentro da semana;

c) A marmita deverá ser entregue em embalagem térmica de 3 ou 4 compartimentos, seguindo legislações vigentes para alimentos preparados que contenham molhos, caldos e similares, devem ser ofertados separadamente;



d) Conservação: Transportadas em caixas isotérmicas tipo hot box, de forma a conservar a temperatura da refeição até o momento da entrega;

e) A marmita deverá ter absoluta higiene. O não cumprimento desta cláusula acarretará na devolução total da entrega, além de notificação ao vencedor e sua reincidência acarretará no cancelamento do contrato;

f) Ser preparada dentro das normas higiênicas sanitárias preconizadas pela Vigilância Sanitária;

g) Vir acompanhada de tempero para salada em sachês;

h) Não conter alimentos reaproveitados;

i) A Secretaria poderá ter acesso às instalações da empresa do FORNECEDOR;

j) Em casos de suspeita de toxinfecções alimentares o FORNECEDOR deverá se responsabilizar pelos exames laboratoriais dos manipuladores de alimentos. A vigilância epidemiológica e vigilância sanitária devem ser informadas imediatamente para que seja feita a investigação e coleta de alimentos;

k) O FORNECEDOR deverá possuir Manual de Boas Práticas elaborado de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária e estar disponível ao acesso da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 - Considerando o processo Multientidade, foi elaborada Cronograma conforme necessidade de cada Secretaria:

2.1.1 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente:

I - A média de refeições diárias será de aproximadamente 20 (vinte) marmitex;

II - Será confirmado pela Secretaria até as 09:00 horas do mesmo dia, o número exato das refeições a serem servidas;

III - As refeições serão retiradas pelos responsáveis da Secretaria até as 11:30 horas.

2.1.2 – Secretaria de Infraestrutura:

I - A média de refeições diárias será de aproximadamente 15 (quinze) marmitex;

II - Será confirmado pela Secretaria até as 09:00 horas do mesmo dia, o número exato das refeições a serem servidas;

III - As refeições serão retiradas pelos responsáveis da Secretaria até as 11:30 horas.

2.1.3 – Sanefrai:

I - A média de refeições diárias a serem preparadas para a SANEFRAI será de 02 (duas), sendo 1 (um) almoço e 01 (uma) janta inclusive FINEIS DE SEMANA. (sábado e domingo) e as refeições extras serão informadas com antecedência;

II - A refeição (ALMOÇO) deverá ser entregue diariamente pelo FORNECEDOR no horário compreendido entre as 11:30 às 12:30 horas na ETA – Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Juscelino Kubistchek no Bairro Santo Antônio;



III - A refeição (JANTA) deverá ser entregue diariamente pelo FORNECEDOR no horário compreendido entre as 20:30 às 21:30 horas ETA – Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Juscelino Kubistchek no Bairro Santo Antônio;

IV - A demanda também para os casos de urgência, em que não se pode precisar o dia e/ou quantidade, assim a demanda é confirmado no dia com antecedência de 2 (duas) horas.

2.1.4 - Fundo Municipal de Saúde – FMS:

I - O FORNECEDOR deverá entregar as refeições na sala do SAMU, Unidade de pronto Atendimento – UPA e sala dos motoristas localizados no Bairro Vila Saleté, diariamente, de acordo com a necessidade;

II - As quantidades serão de 02 almoços na sala do SAMU, 10 almoços no Centro de Atendimento do COVID, 10 almoços na Unidade de Pronto Atendimento, 01 almoço na sala dos motoristas e 02 jantas na sala do SAMU, sendo que os alimentos (prato principal, guarnição, arroz e feijão) deverão ser entregues quentes;

III - A média de refeições diárias a serem entregues será de aproximadamente 10 (dez) almoços e 02 (duas) jantas;

IV - As refeições deverão ser entregues diariamente pelo FORNECEDOR no horário compreendido entre as 11:15 às 12:00 horas e das 19:30 às 20:00;

V - As refeições para os servidores que trabalharão nas campanhas de vacinação deverão ser entregues no horário das 10:45 as 11:00 hs na sala de vacinas da Unidade de Saúde Vila Saleté, mediante Autorização de Fornecimento;

VI - Será confirmado pela Secretaria o número exato das refeições a serem servidas até as 09:00 horas do mesmo dia;

VII - Poderá ser ajustado posteriormente com o FORNECEDOR a execução do objeto deste certame no tocante aos horários de entrega bem como das quantidades das marmitas requeridas diariamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual deve ser realizado conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas no TR, demais disposições desta ata e em atenção ao Art. 71, inciso II do Decreto Municipal nº 804/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. A CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR o valor devido, conforme emissão das Ordens de Compra, em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao fornecimento/prestação de serviço do objeto desta Ata de Registro de Preços, contados do recebimento definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal discriminativa dos fornecimento/serviços prestados, que deverá ser emitida em nome da secretaria solicitante, devendo constar também o número da licitação e da Ata.

4.1.1. O CNPJ para emissão das Notas Fiscais será o informado na Ordem de Compra sendo:

Município de Fraiburgo: CNPJ: 82.947.979/0001-74 com sede na Av. Rio das Antas nº 185, centro, Fraiburgo-SC, CEP: 89580-000.

Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ: 10.496.741/0001-69 com sede na Av. Beira Lago nº 770, Vila Saleté, Fraiburgo-SC, CEP: 89580-000.



Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME, inscrita no CNPJ 02.454.641/0001-41, com sede na Av. Beira Lago – Centro, Fraiburgo-SC, CEP: 89580-000.

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, inscrita no CNPJ: 06.017.932/0001-23 com sede na Rua Nereu Ramos nº 1061, centro, Fraiburgo-SC, CEP: 89580-000.

4.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária na conta-corrente do FORNECEDOR, qual seja: Banco _____ (nº do Banco), Agência _____, Conta-Corrente nº _____.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.4. O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa da Ata, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetuado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.5. A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no Estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b”, da Constituição Federal.

4.6. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa do FORNECEDOR, os valores serão corrigidos, de forma proporcional, com base no INPC do mês imediatamente anterior ao do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA– DA APLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 873/2023

5.1. De acordo com o Decreto Municipal nº 873, de 02 de junho de 2023, os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Fraiburgo, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

5.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

5.3. Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 (art. 3º, do Decreto Municipal nº 873/2023).

5.4. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 4º, do Decreto Municipal nº 873/2023, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

5.5. A contar de 1º de setembro de 2023, segundo a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 169, de 27 de julho de 2022, todos os MEI devem emitir a NFS-e no padrão nacional.

5.6. Os documentos de cobrança ou fiscais emitidos em desacordo com o previsto, não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

CLÁUSULA SEXTA– DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VALIDADE E VIGÊNCIA

6.1. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos



anexos e na própria ata, mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para aquisição pretendida, desde que devidamente motivada. (art. 83 Lei federal 14.133/2021).

6.2. A contratação com os fornecedores, após a indicação pelo Órgão Gerenciador, quando for o caso, será formalizado pelo Órgão Participante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, com início em __/__/__ e término em __/__/__, podendo ser prorrogado por igual período, desde que:

I – o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações:

II – pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

6.4. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

6.5. A expiração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento dos exercícios de 2025/2026, nos termos previstos no § 2º do art. 26 do Decreto Municipal nº 806/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações do FORNECEDOR:

a) realizar a prestação do objeto desta Ata de registro de Preços, em atenção aos documentos que instruem o Processo Administrativo Licitatório nº 51/2025 e Processo Administrativo Digital nº 1753/2025;

b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente Ata;

c) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados pelos seus prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança quando da execução do fornecimento;

d) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como encargos de qualquer espécie e origem pertinentes à execução do objeto da presente Ata;

e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 2 (dois) dias, os produtos, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, a critério da Administração;

f) manter, durante toda execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- g) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na entrega ou no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- h) o fornecimento das refeições, as quais devem ser acondicionadas em embalagens descartáveis de isopor com tampas "tampas marmitex" contendo peso mínimo conforme descritos nos itens nº 01 e 02, atendendo este termo de referência e de todos aqueles que oferecerem em sua proposta;
- i) deverá obedecer rigorosamente os padrões de qualidade sanitários, sendo que a área de produção da alimentação deverá estar sempre limpa e higienizada, conforme normalização da Vigilância Sanitária;
- j) a substituição das refeições que não atenderem as especificações da solicitante e/ou apresentarem qualidade duvidosa;

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) exercer a Gestão e Fiscalização da execução do objeto da presente ata pelos representantes indicados;
- b) efetuar o pagamento ao FORNECEDOR de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência do qual se originou;
- c) notificar o FORNECEDOR a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na execução da presente Ata;
- d) definir prazo ao FORNECEDOR para solucionar quaisquer irregularidades constatadas na execução da presente Ata; e
- e) divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como providenciar a publicação deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na Imprensa Oficial se necessário.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão e a fiscalização da Ata serão realizadas pelos servidores indicados no processo administrativo instaurado para instrumentalizar a contratação, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, e no art. 71 do Decreto Municipal nº 804/2023.

9.2. Eventuais alterações dos gestores e fiscais da Ata serão realizadas por meio de ato administrativo inserido na instrução administrativa, dispensada qualquer alteração ou apostilamento contratual para sua produção de efeitos.

9.3. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a completa responsabilidade do FORNECEDOR pela inobservância de qualquer obrigação assumida ou por vícios e defeitos no objeto da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto Municipal nº 806/2023.



10.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou o índice oficial que vier a substituí-lo, após 1 (um) ano da apresentação das propostas.

10.3. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

10.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, a teor do disposto no parágrafo único do art. 35 do Decreto Municipal nº 806/2023.

10.3.2. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O detentor da Ata de registro de preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

I – descumprir as condições da Ata de Registro de preços;

II – recusa-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

III – deixar, injustificadamente, de assinar a Ata ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

IV – recusa-se a reduzir os preços registrados, na hipótese de tornar-se superior aqueles praticados no mercado;

V – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º e abril de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

11.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de fato fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão dos contratos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, o fornecedor que deixa de praticar atos que lhe competem ou pratica atos contrários às normas, quer seja com dolo ou culpa.

12.2. Na aplicação das sanções administrativas, além das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser observadas as normas insertas no Decreto Municipal nº 1100/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES



13.1. Deve ser considerada confidencial toda e qualquer informação observada ou revelada, por qualquer meio, em decorrência da execução desta Ata de Registro de Preços, contendo ou não a expressão "CONFIDENCIAL".

13.2. O termo "INFORMAÇÃO" abrange qualquer modo de apresentação ou observação, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: diagramas de redes, fluxogramas, processos, projetos, ambiente físico e lógico, topologia de redes, configurações de equipamentos, entre outras e que, diretamente ou por intermédio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha o FORNECEDOR ter acesso durante ou em razão da execução da Ata.

13.3. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o FORNECEDOR deverá mantê-la sob sigilo até que seja autorizada expressamente pelo representante legal da CONTRATANTE, referida na Ata, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa do FORNECEDOR poderá ser interpretada como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos ou liberação de forma tácita.

13.4. O FORNECEDOR obriga-se a manter sigilo de toda e qualquer informação a que tiver acesso em função da prestação dos serviços contratados.

13.5. O FORNECEDOR deverá assegurar o sigilo e segurança das informações, documentos e bancos de dados da CONTRATANTE, e adotar todas as providências necessárias para garantir o sigilo e segurança de toda e qualquer informação a que tiver acesso e armazenar em função da prestação dos serviços.

13.6. O FORNECEDOR obriga-se a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas, que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes reconhecem, na sua integralidade, a vinculação desta Ata aos ditames da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, portanto, seu dever de conhecimento, observância e manutenção das boas práticas administrativas.

14.2. O FORNECEDOR cumprirá, a todo momento, as leis de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

14.3. O FORNECEDOR somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e fins exclusivos do cumprimento de suas obrigações com base na presente Ata e jamais para outro propósito.

14.4. O FORNECEDOR se certificará que seus empregados, representantes e prepostos, agirão de acordo com a presente Ata e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, bem como se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados dos servidores, usuários de sistemas e contribuintes da CONTRATANTE, assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

14.5. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações do FORNECEDOR, relativas ao tratamento de dados pessoais, o FORNECEDOR submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, ou de qualquer forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais dos bancos de dados da CONTRATANTE, que detenha por força da presente Ata.



14.6. O FORNECEDOR prontamente prestará assistência à CONTRATANTE no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de responder às solicitações dos titulares de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis aplicáveis à Proteção de Dados, não devendo realizar pagamentos de acesso que impliquem inviabilidade de controle e dimensionamento de uso dos serviços contratados.

14.7. O FORNECEDOR prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência do FORNECEDOR e/ou nos casos em que for necessária a assistência do FORNECEDOR para que a CONTRATANTE cumpra as suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violação de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridade de proteção de dados.

14.8. Na hipótese de ocorrência de violação de dados pessoais a partir das bases sob guarda do FORNECEDOR, esta informará à CONTRATANTE, por escrito, acerca de tal violação, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação, incluindo nas informações: (i) descrição da natureza da violação dos dados pessoais, descrevendo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registro de dados implicados; (ii) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e (III) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação de dados pessoais e para mitigar os possíveis efeitos adversos.

14.9. Quando solicitada, o FORNECEDOR fornecerá à CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações do FORNECEDOR previstas nesta Ata, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

14.10. O FORNECEDOR indenizará a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, os honorários advocatícios, multas, e penalidades, ou custos investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas contra a CONTRATANTE, por conta de violação de proteção a dados pessoais ocorrido durante a vigência da presente Ata em razão do não-cumprimento por parte do FORNECEDOR das obrigações previstas na legislação aplicável à proteção de dados, quais sejam: todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

15.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: a) declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis Federais nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis; b) comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados na alínea anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados; c) comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Município qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução da presente Ata; d) declaram que têm ciência que os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados pela Controladoria-Geral do Município de Fraiburgo, conforme previsão contida no art. 68 do Decreto Municipal nº 804/2023.



15.2. Na execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, ou de outra forma que não relacionada a este instrumento, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTINEPOTISMO

16.1. Durante a vigência da Ata, é vedada ao FORNECEDOR a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para contratação de pessoas que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, extensivo ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais ou Presidente da Autarquia, Fundações e Gestores dos Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, Procurador-Geral do Município ou Procurador-Chefe e do Agente Responsável pelo Controle Interno.

16.2. A vedação de que trata o item 16.1. é extensiva aos casos em que houver permissão de subcontratação de pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

17.1. Aplicam-se a execução desta Ata e aos casos omissos as normas da Lei 14.133/21 e alterações, os preceitos do direito público, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Caberá ao Município de Fraiburgo a prática de todos os atos de controle e administração da execução dos serviços, objeto do presente certame.

18.2. Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços e ao fornecimento de bens, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.3. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital; (inciso VIII do art. 82 da Lei federal 14.133/2021).

18.4. Os Órgão ou entidade da Administração que não participarem da Intenção de Registro de Preços e licitação poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes e deverão observar o disposto no § 2º do Art. 86 da Lei Federal 14.133/2021) e art. 40, 41 do Decreto Municipal nº 806/2023).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução da presente Ata. E, por assim estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento de forma eletrônica.

Fraiburgo(SC) de de 2025.





[Assinado Eletronicamente]
Município de Fraiburgo
Fábio Dutra
Secretário de Administração

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fornecedor

[Assinado Eletronicamente]
Autarquia Mun. de San.de Fraiburgo – SANEFRAI
Rafael Benicá
Presidente

[Assinado Eletronicamente]
Fundo Municipal de Saúde – FMS
Nilce Pinz
Secretária de Saúde

[Assinado Eletronicamente]
Fundação Municipal de Esp. e Lazer – FME
Vera Lucia Ribeiro de Matos
Secretária de Educação

Documento original eletrônico assinado digitalmente com amparo na Lei Federal nº 14.063/2020;
Lei Federal nº 14.129/2021 e Decreto Municipal nº 0176/2021, de 05/07/2021.

